

ESPAÇO PÚBLICO E INTERVENÇÕES TEMPORÁRIAS: DO FAZER TÉCNICO E ARTÍSTICO ÀS MANIFESTAÇÕES COLETIVAS

Karine Dias de Jesus ¹
Juliana Varejão Giese ²
Antonio Colchete Filho³

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

RESUMO: O espaço público contemporâneo, visto como local que contempla com transparência a diversidade, é palco de variadas apropriações, tanto permanentes quanto efêmeras, que se dão entre diferentes públicos e com distintas intenções. Partindo do pressuposto que acontecimentos ocorridos em espaços públicos urbanos possuem efeitos imediatos e/ou posteriores sobre esses, além da influência que o espaço exerce sobre o acontecimento, o presente trabalho tem por objetivo propor um estudo acerca de algumas intervenções de caráter temporário que ocorrem em tais locais: o urbanismo tático, a instalação de arte pública e as ações populares. Esses três tipos de intervenção em destaque demonstram uma tendência de ocupação da cidade onde a população tem participação mais ativa. Consideramos esta discussão relevante uma vez que essas práticas têm se tornado cada vez mais comuns na atualidade e colocam em pauta as formas de expressão artísticas e culturais que se dão nos espaços públicos.

PALAVRAS-CHAVE: Apropriação; Urbanismo; Novas práticas.

ABSTRACT: Contemporary urban space, seen as a place that contemplates diversity with transparency, is stage for a variety of uses. These uses are practiced by different publics with distinct intentions. From the assumption that events which happen in urban public spaces have immediate and/or after impacts on them, besides the influence that space has on the event, this article aims to propose a study about some temporary interventions: tactical urbanism, public art installation and popular actions. These interventions show a trend of city occupation where population has active participation. In conclusion, this discussion is considered relevant once these practices have become popular nowadays and put in evidence artistic and cultural expressions on public spaces.

KEYWORDS: Appropriation; Urbanism; New practices.

¹ Mestra em Ambiente Construído (PROAC/ UFJF); karinediasj@hotmail.com

² Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU/UFV); varejãoj@gmail.com

³ Professor Titular na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (UFJF); antonio.filho@ufjf.br

Introdução

Ao longo das últimas décadas, as cidades tiveram seu desenvolvimento orientado pelo transporte automotivo individual, resultando em um crescente número de automóveis ocupando suas ruas. Uma das consequências advindas desse processo é um afastamento dos indivíduos que viam esses espaços como locais também destinados ao lazer. Na atualidade, um movimento inverso vem sendo incentivado, no sentido de trazer, aos espaços públicos das cidades, novos sentidos e formas de apropriação por parte dos cidadãos e, desta forma, fazer com que esses locais possam ser reafirmados no imaginário dos habitantes como espaços também destinados ao convívio coletivo e à experimentação de diferentes vivências.

Além do acentuado uso de automóveis, a conjuntura atual é caracterizada pelo acelerado crescimento da população e pela construção de novas tipologias de edificações. Matos (2010) acredita que essas novas e crescentes necessidades da população, nas cidades, associada às transformações demográficas e às novas exigências geracionais, têm repercussão na utilização e em novas procuras dos espaços públicos. Cerqueira (2013) afirma que as cidades e as relações nelas estabelecidas, bem como sua complexidade, surgiram por meio de um longo e gradual processo de transformação. Os espaços públicos urbanos acompanharam as mudanças na ordem política, econômica e social ocorridas ao longo do processo de transformação citadino, além de serem também um reflexo destas. Para Andrade e Baptista (2015), esses espaços públicos, sob a perspectiva das ciências sociais, interessam na medida em que apresentam interações sociais de um tipo específico. Essa especificidade se deve justamente ao caráter público, ou seja, por seu acesso permitido a todos e pela viabilidade de interações com desconhecidos.

A construção desse cenário, no qual o veículo ganhou lugar privilegiado na cidade, levou a consequências relacionadas a questões que envolvem o planejamento urbano sustentável e a qualidade de vida da população. De acordo com Gehl (2015), por muito tempo a vida da cidade, tida como natural, não recebia devida atenção e, apesar de ser algo sempre presente, pouco se estudava a respeito de sua constante deterioração. Na contemporaneidade, a busca pela ressignificação do espaço da cidade demonstra a importância de estudos que contemplem este tema e, conseqüentemente, dos espaços públicos e das apropriações coletivas que neles se dão.

As atividades que utilizam o espaço público como palco reforçam a relevância de tais práticas para a manutenção da vitalidade. Para além das atividades permanentes recepcionadas por um espaço público, esses também são ocupados por atividades temporárias. Tais atividades, ou seja, as que se enquadram na segunda categoria, promovem novas dinâmicas para o lugar,

além de serem capazes de proporcionar reflexões acerca das relações sociais estabelecidas durante esses acontecimentos e seus posteriores desdobramentos. Ferreira (2017, p. 35) coloca em evidência o *design* transversal e afirma que intervenções de natureza efêmera expõem novas informações e linguagens que, pelo fato de não serem rotineiras, “pretendem provocar nos cidadãos uma mudança de entendimento, de comportamento e de uso do espaço”. Com relação aos significados criados nos espaços das intervenções, a autora afirma que “a intervenção efêmera agrega signos ao espaço da cidade a fim de provocar uma reavaliação da relação do indivíduo com a cidade em que se insere”, diferentemente das chamadas intervenções permanentes, que sugerem uma construção constante de redes e relações em determinado local.

A decadência das regras rígidas da modernidade se traduz na contemporaneidade em um espaço urbano mais flexível às mudanças de um mundo que se caracteriza como fragmentário e de relações frágeis, livre para novas apropriações. Essa é a contextualização na qual se enquadram as intervenções urbanas de acordo com Ferreira, Braida e Nojima (2020). As intervenções urbanas caracterizadas como temporárias, foco deste trabalho, possuem como um de seus atributos principais a transformação instantânea da dinâmica espacial onde são efetuadas, além de estarem ancoradas na noção de efemeridade presente na sociedade atual. Sansão Fontes (2013), em seu estudo que contempla intervenções temporárias ocorridas em espaços essencialmente públicos, se apoia na condição efêmera, que é caracterizada pela autora como o atual estágio da modernidade e que corresponde a um tempo configurado por meio da aceleração da vida urbana contemporânea e pelas novas formas de engajamento dos indivíduos na cidade.

Tendo como premissa a realidade apresentada dos espaços públicos urbanos atuais e as atividades que neles ocorrem, este trabalho tem por objetivo compreender algumas formas de intervenções temporárias. Por meio de revisão de literatura, analisamos essas intervenções por compreender que tais eventualidades incentivam o uso plural fundamental ao espaço público. Discutimos a recente e contínua crítica sobre a priorização dos automóveis em relação aos pedestres e observamos que tais acontecimentos podem ocorrer com o auxílio ou não de elementos do campo do *design*, permitindo-se criar uma nova conformação no espaço público em questão, além da contribuição que as intervenções temporárias proporcionam para o estudo das cidades e de suas dinâmicas.

O lugar do pedestre e das intervenções

A busca por iniciativas que têm como objetivo o incentivo ao usufruto dos espaços livres públicos das cidades por parte de seus habitantes contribui diretamente para a construção da ideia de cidades para pessoas. Bastos e Mello (2017) mostram que o modelo de cidade pensado para suprir a demanda de automóveis, através do qual as metrópoles modernas foram planejadas, começa a se mostrar esgotado. Como provas desse fato podem ser citados os congestionamentos, a poluição, problemas de saúde pública, imobilidade, entre outros, oriundos de tal modelo. Por esse motivo, as metrópoles estão cada vez mais buscando formas de mitigá-los e uma das estratégias utilizadas se traduz em dotar o espaço urbano de novos significados, de maneira que alternativas de deslocamento e apropriações do espaço público sejam possíveis.

Na divisão morfológica hierárquica estabelecida por Lamas (1993), é através dos edifícios que se torna possível a constituição do espaço público urbano. Dessa forma, os diferentes espaços identificáveis se organizam em diferentes escalas entre os edifícios, tais como a rua, a praça, o beco, a avenida ou outros mais complexos e historicamente determinados. Segundo Alex (2008), o termo “público” explicita que são locais abertos e acessíveis, sem nenhum tipo de exceção. Mas essa denominação acaba se tornando insuficiente, uma vez que atualmente o espaço público plurifuncional (praças, cafés, pontos de encontro, etc.) constitui uma gama de possibilidades de lugares, o que dificulta prever com exatidão seu uso urbano. Ao tratar da praça, o autor afirma que é simultaneamente uma construção e um vazio e não se trata apenas de um espaço físico aberto, mas também um centro social integrado ao tecido urbano. Sua relevância diz respeito ao seu valor histórico, bem como a sua participação contínua na vida da cidade. Assim é possível observar como as instâncias presentes no espaço comum das cidades são capazes de relacionar uma gama de abordagens.

Ainda na definição apresentada por Lamas (1993, p. 100), a rua é claramente identificável tanto na forma de uma cidade como no gesto de projetá-la, sendo “elementos morfológicos nos vários níveis ou escalas da forma urbana. Desde a rua de peões à travessa, à avenida, ou à via rápida”. A rua constitui o espaço público mais utilizado, seja apenas como passagem ou como local de permanência, como ocorre nos bairros afastados das áreas centrais. No que diz respeito ao exercício de sua função com segurança por parte dos habitantes, Jacobs (2011) apresenta três características fundamentais. A primeira se refere à separação nítida que deve existir entre o espaço público e o espaço privado. A segunda, aos chamados “olhos da rua”, que envolve a relação dos indivíduos com o espaço exterior a partir dos edifícios. Por fim, a terceira relaciona

os próprios indivíduos e a calçada, pois o trânsito contínuo de pessoas contribui fortemente com a sensação de segurança.

A discussão atual acerca da questão do retorno do pedestre às ruas e praças, em contraposição ao exacerbado uso de veículos ocorrido nos últimos anos, deve começar na instância do projeto e do planejamento urbano. A dimensão humana dentro dos projetos deve ser colocada em primeiro plano a fim de que seja de fato assumida como responsabilidade e concretizada. De acordo com Gehl (2015, p. 17), “o fato de as pessoas serem atraídas para caminhar e permanecer no espaço da cidade é muito mais uma questão de se trabalhar cuidadosamente com a dimensão humana e lançar um convite tentador”.

Os atributos de um espaço público que levam os indivíduos a se utilizarem dele pertencem a diversas categorias, que perpassam desde questões técnicas, como a acessibilidade e a segurança, até questões sociais, como as atividades que são oferecidas. Deste modo, o sucesso de um espaço depende diretamente da sua qualidade e da multiplicidade de usos que são oferecidos, que podem gerar diferentes formas de apropriação por parte de seus usuários. No âmbito das intervenções, Ferreira (2017) coloca que elas possibilitam uma maneira inusitada de percepção e utilização, estimulando a interação dos cidadãos e intermediando a relação destes com o espaço. “O cidadão, ao ter uma experiência positiva com o lugar, sente-se livre para atuar no espaço e se apropriar dele, exercendo, assim, a sua cidadania de forma mais ampla” (FERREIRA, 2017, p. 28).

Espaços públicos urbanos, quando entendidos como parte do projeto no qual a dimensão humana também deve ser colocada em evidência, permitem que os cidadãos possam demonstrar de forma efetiva segurança para ocupar e interagir com tais espaços. Diante do contexto apresentado, as intervenções temporárias atuam como um laboratório de experiências que, ao se concretizarem, colaboram para a melhoria e com a construção de novos espaços públicos que sejam cada vez mais acolhedores.

Os espaços públicos e as intervenções temporárias

Praças, parque e ruas são espaços que se configuram essencialmente como livres e públicos e, através de intervenções temporárias cuidadosas e de qualidade, são capazes de acolher simultaneamente o mais diverso público. Um dos possíveis efeitos resultantes desse fato é a sociabilidade entre os indivíduos, atributo positivo e de relevância no cenário atual. De acordo com Sansão Fontes (2013, p. 71), as intervenções temporárias agem como catalizadores

de relações de proximidade e intimidade, tanto com o espaço quanto nas relações entre os indivíduos, relações essas nomeadas pela autora como “amabilidade urbana”. Essas intervenções se ancoram na condição de efemeridade, muitas vezes como expressões ou reflexos da aceleração da vida contemporânea. Assim, a condição efêmera e os espaços coletivos formam o contexto onde a intervenção temporária é o meio e a consequência gerada durante o acontecimento é a amabilidade urbana.

Intervenções que fogem do âmbito do cotidiano são capazes de repercutir no espaço tanto no momento em que acontecem quanto posteriormente. Sua base é a humanização dos espaços públicos e a relação de receptividade que se estabelece entre a intervenção e os indivíduos que se mostram dispostos a aderir a tal atividade. Essas atividades, que se dão no ambiente urbano, são de grande destaque no que diz respeito à atratividade e concentração de indivíduos. De acordo com Gehl (2015), estudos realizados em cidades ao redor do mundo elucidam a importância da vida e da atividade como formas de atração urbana, ou seja, pessoas se reúnem onde as coisas acontecem, buscando espontaneamente por outras pessoas. Desta forma é possível perceber como a questão da vitalidade, atribuída a um espaço e aliada a uma intervenção planejada, é capaz de ampliar a quantidade de usuários de um determinado local.

Sansão Fontes (2013) afirma que esses usos e ocupações temporárias são vistos no debate atual como ferramentas de potencialização, capazes de revelar novas possibilidades dos espaços. Em seu trabalho são apresentados três tipos de intervenção: as apropriações espontâneas, as intervenções de arte pública e as festas locais. As apropriações espontâneas são capazes de inserir vitalidade e atividade nos espaços públicos e buscam encontrar práticas antagônicas e desprendidas da cidade controlada, associando princípios de criatividade e liberdade. As intervenções de arte pública são consideradas, pela autora, como estratégias de requalificação *site specific*, ou seja, como elementos criados de acordo com um ambiente determinado, que conseguem repercutir contra tradições e relações de poder que constituem o espaço da cidade. Por fim, as festas locais são vistas pela autora a partir de duas tendências, que constroem o panorama festivo: a do poder público e a da própria urbe. Dentre essas tendências, a segunda é tida como manifestação de resistência e de reflexões profundas sobre as relações sociais.

Com a finalidade de estabelecer sínteses conceituais a respeito da arte pública e do mobiliário urbano, elementos fortemente presentes nos espaços públicos contemporâneos e que servem de suporte para intervenções, Colchete Filho (2003) recorre às categorias estabelecidas

por Maderuelo (2000), de diferentes modelos de produção artística que procuram ocupar o espaço urbano: monumentalidade, significado, comemoração, utilidade, qualidade ambiental e capacidade participativa. A monumentalidade se fundamenta na ideia de transformação do espaço onde se integra com a sua simples presença. A atribuição de significado é a capacidade de adicionar conteúdo crítico, alterando assim o sentido do termo monumento. A comemoração “se baseia numa revisão formal do monumento, refletindo sobre a ideia de comemoração de forma atual”. A utilidade se relaciona com a busca por “significado estético, social e, sendo também comunicativa e funcional”. A qualidade ambiental está presente em obras que recriam o local onde se inserem, se tornando, desta forma, o próprio local. Por fim, a capacidade participativa, que tem como aspecto principal a participação dos cidadãos, “diferindo das demais que surgem de complexos processos criativos e administrativos que acabam por isolá-las do contato com o cidadão” (COLCHETE FILHO, 2003, p. 56). Tais categorias trazem contribuições relevantes no que diz respeito ao simbolismo de uma obra em determinado espaço, além de se rebaterem direta e indiretamente no que se pretende com este trabalho, uma vez que os elementos envolvidos estão inseridos no contexto analisado.

A importância indiscutível da dimensão humana para a manutenção das dinâmicas urbanas abre espaço para que intervenções temporárias sejam compreendidas como parte importante na utilização de espaços públicos. Festas, feiras, manifestações e outros tipos de atividades, que ocorrem nesses lugares, são alguns dos exemplos que demonstram a transformação instantânea da dinâmica local, além da gama de reflexões que são possibilitadas a partir de suas concretizações. A presença ou não de novas estruturas que permitem diferentes conformações do espaço se caracteriza como um dos alicerces das intervenções temporárias, cujo pilar fundamental são os indivíduos.

Para além das intervenções apontadas até aqui cremos ser necessário também incluir intervenções temporárias em espaços públicos denominadas ações populares, que surgem no contexto atual por meio de reivindicações e novas apropriações em monumentos e mobiliários urbanos. Logo, serão apresentadas três tipos de intervenções que se fundamentam a partir de diferentes lógicas: o urbanismo tático, as instalações de arte pública e as ações populares. Consideramos importante, portanto, a inclusão de atividades temporárias ocorridas no espaço público urbano tanto no âmbito da discussão teórica quanto no âmbito da prática projetual. Assim, com base na relevância dos espaços públicos para a dinâmica das cidades e na

contribuição significativa das intervenções destacam-se esses três grupos de ações sobre espaços públicos.

Urbanismo tático

O urbanismo tático se caracteriza como um conjunto de ações que visam a transformação do espaço público através da implementação de estruturas e/ou práticas de pequena escala. Iniciativas desse tipo partem de ideais que incentivam a percepção de espaços a partir de diferentes perspectivas, permitindo que sejam provocadas novas interpretações por parte das autoridades e da própria população.

No contexto norte-americano, Lydon *et al.* (2011), pioneiros do termo, destacam a frequente preocupação dos planejadores urbanos e demais líderes públicos com transformações de larga escala no ambiente construído. Dessa forma, na busca por um suposto progresso, os cidadãos, ao invés de serem convidados a se engajar em processos para contribuir com mudanças no nível de seu bairro ou quarteirão, são solicitados a reagir a propostas que muitas das vezes não correspondem à escala da qual possuem controle. Tal realidade representa um desafio na busca de espaços resilientes, justamente devido às características do processo participativo “público”. Diante desse contexto, as táticas alternativas surgem como uma possibilidade para resolução da questão, como a rua aberta, os *parklets*, *parking day*, implantação de hortas comunitárias, construção de mobiliários com material reaproveitado, entre outras possibilidades.

Diante da realidade brasileira, onde os processos participativos de planejamento urbano são pouco expressivos, o urbanismo tático também se configura como um caminho a ser seguido. Segundo Marino (2018, p. 105), a prática se consagrou dentro do mesmo contexto das manifestações de direito à cidade no século XXI, onde a política social do “faça você mesmo” ou, no caso, “façamos nós mesmos” ganhou evidência. O urbanismo tático se popularizou “como experiência de transformação do espaço urbano de forma criativa, de baixo custo e que fortalece as oportunidades existentes”, sendo práticas sociais de apropriação do espaço urbano e de responsabilidade compartilhada:

O urbanismo tático ressignificou a ideia de construção de uma cidade sólida e rígida, pensada como obra estática durável e de alto custo, planejada a médio e longo prazo. As intervenções de baixo custo em escala local aparecem em espaços públicos abertos, áreas subutilizadas, residuais ou em transformação. Possibilitam uma vivência de transformação a curto prazo, e servem inclusive

como instrumento de experimentação para futuras obras de consolidação (MARINO, 2018, p. 106).

Barata (2018, p. 19) estuda o urbanismo tático “como abordagem que promove a transformação de espaços públicos existentes, envolvendo processos híbridos de participação entre poder público e sociedade civil, e experiências na escala humana, que antecedem grandes investimentos”. Sua fundamentação se dá a partir do incentivo às ressignificações na maneira de “fazer cidade”, explorando interações mais eficientes entre cidadãos e poder público, de forma a incentivar projetos e políticas no processo de planejamento tradicional. O processo onde surgem as abordagens táticas e a ideia de ressignificação do espaço público esbarra no fenômeno de esvaziamento urbano, intrínseco à era contemporânea.

Segundo Almeida (2016), o planejamento urbano atual, focado nos princípios de intervenção *top down*, ou seja, decisões tomadas pelas autoridades, que decidem o quê e de que forma serão implementadas as ações urbanas, contribui com erguimento de espaços desprovidos de memória, destituído de relações com seus possíveis usuários. Nesse sentido, o direito à cidade, reivindicado através das ações de urbanismo tático, surge como intervenção *bottom-up*, de baixo para cima, que “podem potencializar situações existentes, intensificar a experiência urbana cotidiana, reivindicar e reconquistar gradualmente os lugares e dar identidade a espaços degradados, colaborando para transformações permanentes de longo prazo” (SANSÃO FONTES, 2018, p.103).

As intervenções que caracterizam o urbanismo tático, grupo conhecido especialmente pelos processos de apropriação do espaço que utiliza de técnicas e materiais de baixo custo, colocam em destaque a ideia de reconquista do espaço público. Assim, o planejamento urbano tradicional é colocado em discussão frente às reivindicações do urbanismo emergente. Esse quadro faz com que sejam suscitadas novas maneiras de gestão do espaço público, onde os indivíduos e suas necessidades sejam priorizadas, fazendo com que urbanismo tático se afirme como uma forma de incentivo à inclusão da população na construção de espaços.

A instalação de arte pública

Dentre as diferentes manifestações que se caracterizam como arte pública, as obras que se instalam temporariamente nos espaços públicos são postas aqui em evidência. A crescente valorização da arte disposta em locais públicos em relação aos espaços privados manifesta-se como uma tônica dos últimos anos. Segundo Alves (2008, p. 7), nesta disciplina que tem se

popularizado, o processo que envolve a ação e a experiência é mais importante do que o resultado final, ou seja, o objeto artístico em si. Além disso, a arte pública é um dos “meios mais utilizados por artistas que defendem uma arte de caráter politizado e ativista, os quais atuam também de forma coletiva e alternativa, e se vêem também como uma espécie de agente político, etnógrafo, sociólogo ou algo similar”.

Conforme Quintella (2012), hoje são muitos os artistas que assumem o próprio espaço da cidade como campo de ação na busca por um contato mais direto com o público. Os espaços públicos então passam a funcionar como território de criação e fruição de diversas manifestações contemporâneas, hospedando obras perenes, como esculturas, ou efêmeras, como intervenções urbanas ou performances. Sobre manifestações temporárias, a autora afirma que estão associadas a ações individuais ou coletivas independentes, em geral com forte carga de ironia e de contestação social e política. “Os artistas que trabalham com as obras efêmeras acreditam na sua potência transformadora, apostam no impacto da visualidade das ruas, na radioatividade desses gestos simbólicos por mais imateriais que sejam” (QUINTELLA, 2012, p.1). Descobrir a arte na cidade, diferentemente de uma visita a um museu, leva o indivíduo a insuflar algo de “aventura” no cotidiano. Desta forma, as intervenções ou ações na escala urbana se destacam por dependerem dos espaços públicos para a construção de seu significado.

Cartaxo (2009) afirma a arte pública como obras-manifestações que não possuem valor estético aderente à forma, mas a sua condição de acontecimentos efêmeros, onde a participação do público faz-se relevante e ao mesmo tempo, imperceptível:

A arte pública interage de tal modo com a realidade da cidade e os seus fluxos que não é percebida como tal. A desmaterialização da arte é fruto das reflexões contemporâneas sobre o seu papel e lugar. A cidade como lugar da vida cotidiana, do coletivo, do fluxo de ações, dos acontecimentos e temporalidades e da acumulação histórica, oferece reflexão estética ao converter-se em parte das obras-manifestações de arte pública (CARTAXO, 2009, p.3).

Logo, uma condição importante e essencial é a arte pública se dar em lugares que extrapolam aqueles institucionalizados pela arte. Ademais, o contexto atual, caracterizado por uma atmosfera de mutação e flexibilidade, favorece a presença de manifestações do efêmero e do surpreendente ao invés de objetos duráveis que expressam a permanência/perpetuidade. Assim, sem pontos fixos, “a arte e a vida públicas vão refazendo suas texturas continuamente, movimentando, com isso, a própria definição de público, assim como a relação entre público/privado que a sustenta” (AMARAL, 2010, p. 35). Entretanto, como uma das formas de

arte contemporânea, a arte pública frequentemente suscita controvérsias no que concerne à sua recepção, permitindo que seja instalada em locais indiscretos, marginais e não tradicionais.

A implantação de elementos de arte pública na cidade, seja na forma de instalações interativas ou esculturas, possibilita uma interação aberta entre sociedade e obra. O acontecimento em si já é capaz de provocar reflexões naqueles que se mostram dispostos a se envolver. Diante de tais atributos, torna-se possível reconhecer a relevância dessas ações na escala do espaço público urbano e sua contribuição na democratização do acesso à arte, posto que ultrapassam espaços elitizados, ocupando espaços do cotidiano e também periféricos.

Ações populares

As intervenções compreendidas como ações populares são entendidas neste estudo como aquelas que têm sido praticadas com maior intensidade na atualidade, sendo caracterizada principalmente pelas novas apropriações sobre elementos de arte pública e mobiliário urbano nas cidades. Tal situação se expressa por meio de manifestações e protestos que têm ocorrido nos espaços públicos em reivindicação de variadas pautas, onde o meio urbano auxilia na difusão do ideal.

Segundo Magalhães (2013) diversos momentos significativos da história foram escritos através de manifestações nas praças das cidades e o fenômeno da globalização não esgotou esse repertório. Ao se apropriar em plenitude da palavra “público”, as ações políticas buscam a dimensão da cidade por acreditarem que suas ideias não podem permanecer guardadas ou reservadas a espaços privados da vida social. As manifestações, de diversas naturezas, que tomam o espaço público merecem um olhar mais acurado por remeterem a um traço que se vincula às novas linguagens e a novos atores, permitindo a comunicação com outros movimentos, de outras partes do mundo e, desta forma, criando articulações no espaço público entre o local e global.

A rua se configura como espaço público que histórica e frequentemente se converte pela ação social em um comum do movimento revolucionário (HARVEY, 2014). Dentro do contexto das lutas que enxergam o espaço público urbano como cenário de visibilidade e seus diversos fundamentos, nota-se que os elementos que constituem esse espaço também se integram à disputa. Mobiliários urbanos e peças de arte pública fixos são, por vezes, alvo dessas manifestações e acabam sendo depredados e/ou retirados dos lugares que lhes foram destinados.

Tal fato adentra por discussões que passam pelos julgamentos de diferentes disciplinas a respeito de sua legitimidade.

Um exemplo marcante da tomada de elementos de arte pública e mobiliário urbano se deu em razão de manifestações populares em protesto motivados por causas raciais. O movimento *Black Lives Matter*, iniciado há alguns anos nos EUA, ganhou força na atualidade devido à violência policial que resultou na morte de George Floyd. O acontecimento deu início a uma série de manifestações antirracistas, que tomaram diversos espaços públicos do país e tiveram apoio das mídias sociais, de diferentes lugares do mundo. Essas manifestações abriram espaço para discussões que levam em consideração a pauta racial e se desdobraram em outras ações, em determinadas apropriações sobre esculturas e mobiliários urbanos.

A derrubada de estátuas e monumentos de personagens ligados ao período escravocrata foi uma das ações que recebeu destaque nas manifestações. As ações populares sobre esses lugares de memória reativaram um debate na esfera pública: qual destino deve se dar às memórias da opressão (CARVALHO, 2020)? O tema gera inúmeras discussões, dentre as quais se destaca a questão da memória do passado que, por meio da permanência dessas figuras, é reafirmada no presente. A compreensão da memória para além de símbolos materializados é um dos principais contra-argumentos apresentados.

As ações populares como forma de intervenção temporária no espaço público ilustram, de fato, a potencialidade desses enquanto espaço de lutas. As discussões suscitadas a partir da tomada de mobiliários urbanos, esculturas e monumentos, apontam para entendimentos diversos, que percorrem a legitimação desses atos dentro de seu contexto até sua compreensão como um ato de vandalismo. Ainda que não haja consenso dentro desse debate, entende-se sua importância para o desenvolvimento do campo teórico e, também, das manifestações no contexto do ambiente urbano, suas práticas e reivindicações.

Considerações finais

A vitalidade nos espaços públicos urbanos depende de uma variedade de fatores, como os usos presentes no espaço em questão, além de aspectos que envolvem a segurança, a acessibilidade e outros. Por outro lado, o ato de vivenciar o espaço público através de intervenções de caráter temporário traz consigo a possibilidade da experimentação, independente das concepções pré-existentes sobre determinado lugar. Em outras palavras, é

possível que, por meio desses acontecimentos, sejam vistas e vivenciadas novas formas de usufruir dos espaços livres públicos das cidades.

As intervenções temporárias atuam como uma forma de ampliação das atividades que normalmente são oferecidas por um espaço público e, por meio desses acontecimentos, são reforçadas as relações entre população e meio urbano. A experimentação, ou seja, o envolvimento do indivíduo com a intervenção proposta, traz à tona aspectos simbólicos existentes na relação usuário e espaço. As especificidades intrínsecas a cada tipo de intervenção apresentada neste trabalho, embora possuam diferentes motivações e desdobramentos, exprimem sua importância nos debates atuais sobre o viver na cidade. Assim, seja na forma de reivindicações por melhorias no âmbito urbano, no uso da arte para a proposição de reflexões ou de manifestações incisivas em favor de ideais, as intervenções se mostram relevantes.

Enfatizamos, por fim, a importância que os espaços públicos possuem no âmbito da experimentação, da vivência e das práticas de sociabilidade, principalmente quando consideramos o modelo de projeto de cidade que nos trouxe à conjuntura atual, na qual a sociabilidade esteve restrita a ambientes privados. As intervenções de caráter temporário, sobre as quais esse estudo discorreu, demonstram que a população está em um processo de conscientização e reconhecimento das potencialidades do espaço público urbano e de suas possíveis apropriações. Ainda que diferentes entre si, por natureza, as intervenções aqui mencionadas demonstram uma crescente aproximação dos cidadãos com os espaços públicos, visto que são evidências de condutas que julgam o espaço público como lugar de expressão e reivindicação do coletivo. Dessa maneira, acredita-se que através desses acontecimentos é concretizada uma retomada dos espaços públicos aos cidadãos, colaborando para a construção de espaços mais democráticos.

Referências Bibliográficas

ALEX, Sun. Projeto da Praça: convívio e exclusão no espaço público. São Paulo: Senac São Paulo, 2011.

ALMEIDA, André Moraes de. Urbanismo tático: da experiência do fazer a um urbanismo afetivo. 2016. 177f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) - Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

ALVES, José Francisco. Arte Pública: produção, público e teoria. In: ALVES, José Francisco (Org.). Experiências em arte pública: memória e atualidade. Porto Alegre: ArtFólio e Editora da Cidade, 2008.

- AMARAL, Lílian. Derivações da arte pública contemporânea. 2010. 196f. Tese (Doutorado em Artes) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- ANDRADE, Luciana Teixeira de; BAPTISTA, Luís Vicente. Espaços públicos: interações, apropriações e conflitos. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Porto, v. 24, 2015, p. 129-146.
- BARATA, Aline F. M. Do micro ao macro: urbanismo tático para a transformação de espaços públicos. 2018. 305f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.
- BASTOS, Antonio Fagner da Silva; MELLO, Sérgio Carvalho Benício de. Criando Espaços de Lazer: As Lutas Políticas pela Ressignificação da Avenida Paulista. *Podium Sport, Leisure And Tourism Review*, [s.l.], v. 6, n. 1, 1 abr. 2017, p.43-61.
- CARTAXO, Zalinda. Arte nos espaços públicos: a cidade como realidade. *O Percevejo (Online)*. Rio de Janeiro, v.1, 2009.
- CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. Especialistas comentam derrubadas de monumentos e estátuas pelo mundo (Notícia). *Café História - história feita com cliques*. 2020. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/especialistas-comentam-derrubada-de-estatuas-pelo-mundo/> Acesso em 13 de agosto de 2020.
- CERQUEIRA, Yasminie. Espaço Público e sociabilidade urbana: apropriações e significados dos espaços públicos na cidade contemporânea. 2013. 121f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2013.
- COLCHETE FILHO, Antonio. A praça XV como lugar central da cidade: o projeto do espaço público através da imaginária urbana (1789, 1894 e 1999). 2003. 239f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- FERREIRA, Isabela de Mattos. Design transversal e as práticas de ressignificação para a cidadania no espaço público. 2017. 188f. Tese (Doutorado em Design) - Departamento de Artes e Design, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.
- FERREIRA, Isabela de Mattos; NOJIMA, Vera Lúcia Moreira dos Santos; BRAIDA, Frederico. As intervenções efêmeras e lúdicas na Praça Santos Dumont: uma experiência pedagógica. *Cadernos PROARQ*, Rio de Janeiro, n.34, 2020, p. 37-50.
- GEHL, Jan. *Cidades para pessoas*. 3ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.
- HARVEY, David. *Cidades rebeldes: do direito à cidade a revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- JACOBS, Jane. *Morte e vida das grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.
- LYDON, M. *Tactical Urbanism 1: Short-term Action for Long-term Change*. [s.l: s.n.]. v. 1, 2011.
- MADERUELO, J. O fenômeno da arte nos espaços públicos. In BRANDÃO, P. & REMESAR, A. (coord.). *Espaço público e a interdisciplinaridade/Espacio público y la interdisciplinaridade*. Lisboa: Centro Português de Design, 2000, p. 240-248.

MAGALHÃES, Fabiano Rosa de. As Manifestações no espaço público: a rua como lugar da expressão política. Pensamento Plural. Pelotas, jan/jun, 2013, p. 7 -35.

MARINO, Cintia Elisa de Castro. Cidade em festa, cidade em disputa: ativismo e apropriação do espaço urbano em São Paulo no início do século XXI. 2018. 257f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2018.

MATOS, Fátima Loureiro de. Espaços públicos e qualidade de vida nas cidades - o caso da cidade Porto. OBSERVATORIUM: Revista Eletrônica de Geografia, Uberlândia, v.2, n.4, jul. 2010, p.17-33.

QUINTELLA, Ivvy Pedrosa Cavalcante Pessôa. Ações artísticas nos espaços públicos do Rio de Janeiro. In: XXIV Congresso Pan-Americano de Arquitetos. Maceió, 2012, p. 1-13.

SANSÃO FONTES, Adriana. Intervenções temporárias, marcas permanentes. Apropriações, arte e festa na cidade contemporânea. Rio de Janeiro: PROURB/UFRJ, 2013.

SANSÃO FONTES, Adriana. Urbanismo tático para requalificação gradual do espaço público metropolitano: o caso do park(ing) day no Rio de Janeiro. Arquitetura Revista, [s.l.], v. 14, n. 1, jun. 2018, p. 91-104.